



AVISO n.º POCH-70-2023-01

Convite para apresentação de candidaturas

CURSOS DE APRENDIZAGEM

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Prioridade de Investimento	10 iii	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não-formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
Objetivo Específico	2.3.1	Elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens que não se encontram em situação de emprego nem a frequentar qualquer ação de educação ou de formação (NEET)
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none">Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação ISCED 3 - 57.800 (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português - valor-alvo em 2023)	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none">Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3 (no tempo próprio) - 61% (conforme programação do POCH, aprovada pela Comissão Europeia e pelo Estado Português - valor-alvo em 2023)Taxa de empregabilidade ou de prosseguimento de estudos, nos seis meses seguintes à conclusão de um percurso completo (ou após o 3.º período de formação) - 50% ou superior (conforme art.º 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação)	
Tipologia de Intervenção	70	Aprendizagem ao longo da vida
Tipologia de Operação	3.2	Cursos de Aprendizagem
Fundo	Fundo Social Europeu	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 dias seguidos após a data de abertura, até às 18h00



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	2
2.	TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS	2
3.	BENEFICIÁRIOS	3
4.	DESTINATÁRIOS	3
5.	DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	3
6.	LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	3
7.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8.	FORMA DE APOIO	4
9.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO	4
10.	DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	6
11.	PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	6
12.	MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	6
13.	PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	7
14.	DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	8
15.	REGIME DE FINANCIAMENTO	8
16.	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR	9
17.	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	11
18.	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES	11
19.	CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	11
20.	PONTO DE CONTACTO	12
21.	OUTRAS DISPOSIÇÕES	12
	ANEXO I – Deliberação da CIC Portugal 2020	13
	ANEXO III - Critérios de seleção	20
	ANEXO IV - Grelha de análise dos critérios de seleção	22
	ANEXO V - Prazos e procedimentos de análise e decisão de candidaturas	25

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas por convite (AAC) visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro e n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, conjugados com o artigo 5.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, que publica o Regulamento Específico do domínio do Capital Humano (RE CH), alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro e n.º 159/2019, de 23 de maio, que a republica e n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 130/2021, de 25 de junho e n.º 279/2021, de 2 de dezembro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 3 do POC – Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade, que visa elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens NEET.

O objectivo-chave dos apoios aos Cursos de Aprendizagem é responder à necessidade de reforço das qualificações em áreas de formação prioritárias, promovendo melhores condições de empregabilidade e de empreendedorismo, concentrando a sua intervenção junto de jovens e adultos sem o ensino secundário completo, e que pretendem obter uma dupla certificação, escolar e profissional. Esta oferta formativa desenvolve-se em regime de alternância - em contexto de interação entre a formação teórica e a prática, alternando momentos de formação nas entidades formadoras e nas empresas que asseguram uma formação em ambiente de trabalho - assumindo um papel central na aquisição de competências transversais e técnicas conexas com as necessidades do mercado de trabalho.

2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea d) n.º 1 do artigo 14.º do RE CH, denominada Cursos de Aprendizagem e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.iii, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão de Execução C (2014) 9788, de 12 de dezembro de 2014 e alterado através da Decisão C (2018) 8168, aprovada em 29 de novembro de 2018, e da Decisão C (2020) 6543, de 21 de setembro de 2020, abrangendo as ações reguladas através da Portaria n.º 1497/2008, de 19 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 289/2009, de 20 de março, e as ações de nível 4 reguladas através da Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10/2022, de 9 de março, em particular as dirigidas a áreas de educação e formação prioritárias, que respondam a necessidades emergentes do mercado de trabalho e tenham um maior potencial de empregabilidade.

O presente aviso destina-se a apoiar os novos ciclos formativos, bem como a continuidade dos ciclos já iniciados, mas cujos períodos de formação anteriores não tenham sido apoiados em outras operações cofinanciadas pelo FSE, tendo em conta a

meta de realização do Programa associada a esta tipologia e que integra o seu quadro de desempenho para 2023.

3. BENEFICIÁRIOS

O presente convite para a apresentação de candidaturas é destinado exclusivamente ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP), na qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP), nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 34/2018, de 15 de maio, n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelas Leis n.º 2/2020, de 31 de março, e 12/2022, de 27 de junho, conjugado com a alínea c) do artigo 15.º do RE CH.

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários da oferta formativa abrangida pelo presente convite, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 14.º do RE CH na sua atual redação, pessoas maiores de 18 anos que concluíram com aproveitamento o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, sem o ensino secundário completo, nos termos previstos na regulamentação em vigor, podendo os formandos menores de idade ser excecionalmente considerados elegíveis, cumpridas as condições fixadas no n.º 7 do artigo 14.º do RE CH.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso, é de **9.000.000 €** (nove milhões de euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento a aplicar é de **85%**, de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução de eventuais receitas, sendo os restantes 15% assegurados pelo IEFP, I.P., a título de contribuição pública nacional ao abrigo do n.º 4 do artigo 3.º do RE CH.

6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

O IEFP, IP apresentará as candidaturas por região NUTS II elegível ao POC (Norte, Centro e Alentejo), nos seguintes moldes:

- candidaturas por região NUTS II, integrando todos os centros de emprego e formação profissional de gestão direta que operam na respetiva região e que sejam propostos para financiamento do POC;
- candidaturas por região NUTS II, integrando todas as entidades formadoras externas no âmbito desta tipologia, que operam na respetiva região e que sejam propostos para financiamento do POC;

- candidaturas por centro de formação profissional de gestão participada e região NUTSII onde a formação irá ser realizada.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis as operações que decorram nas regiões menos desenvolvidas, isto é, no Norte, Centro e Alentejo, sendo que para efeitos de aplicação do número anterior a elegibilidade geográfica é, em regra, determinada pelo local de realização da formação. Tendo em conta os ajustes necessários decorrentes do COVID-19 e a nova realidade de formação a distância, para as ações que combinam formação presencial com formação a distância, a elegibilidade geográfica é determinada igualmente pelo local onde se realiza a formação presencial.

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através de tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos no artigo 16.º do RE CH, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. É, assim, aplicada a tabela de custos unitários aprovada nos termos da Deliberação CIC n.º 15/2022, de 22 de novembro (ver anexo I), da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, constante no anexo I do presente aviso – atualizada no anexo II, sem alterar os respetivos montantes anuais por turma/curso- e de acordo com as regras de financiamento especificamente criadas para o efeito e constantes do ponto 9.

Esta modalidade de custos unitários é referente aos custos operacionais de funcionamento dos cursos apoiados, sendo que em matéria de apoios diretos a formandos integra também uma componente em regime de reembolso de custos efetivamente incorridos e pagos, observando, neste último caso, as regras e limites de elegibilidade fixados no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, n.º 255/2020, de 27 de outubro, e n.º 43/2021, de 23 de fevereiro, relativa ao Regulamento de Normas Comuns do FSE.

9. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E REGRAS DE FINANCIAMENTO

9.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem de assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como no disposto na alínea l) do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

9.2. Elegibilidade das operações

As operações devem cumprir os critérios de elegibilidade estabelecidos nos números 6 e 7 do artigo 14.º do RE CH, bem como no ponto 2 do presente aviso.

9.3. Elegibilidade das despesas e regras de financiamento

O montante do financiamento a conceder aos Cursos de Aprendizagem é determinado por referência ao valor anual por turma e por curso constante da tabela do anexo II, acrescido do montante decorrente do apuramento de encargos diretos com formandos, no regime de custos efetivamente incorridos e pagos, com base nos valores máximos elegíveis, conforme disposto na legislação do FSE aplicável. As operações elegíveis obedecem ainda às seguintes regras de financiamento:

- i) O valor anual por turma por curso definido no regime de custos unitários é objeto de redução, em sede de análise da candidatura, quando as ofertas de formação autorizadas não cumpram o limite relativo ao número mínimo de formandos, ou seja, sempre que o número de formandos nas turmas apoiadas seja inferior a 14, para cursos ao abrigo da Portaria 1497/2008 de 19 de dezembro alterada pela Portaria 289/2009 de 20 de março e 15, para cursos ao abrigo da Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro, na sua atual redação;
- ii) O valor anual por turma por curso é também objeto de redução sempre que, em sede de execução da candidatura, as listas nominais constantes do sistema de informação revelarem um número de formandos a frequentar a formação inferior aos limites referidos no número anterior;
- iii) A redução ao valor anual do subsídio por turma por curso prevista nos pontos anteriores corresponde ao quantitativo de 5% por cada formando abaixo dos limites mínimos de formandos das turmas apoiadas, incidindo sobre a totalidade daquele subsídio, e efetua-se no âmbito dos reembolsos subsequentes, sem prejuízo de acerto de contas em sede de saldo relativamente aos pagamentos anteriormente efetuados;
- iv) Para efeitos de aplicação dos pontos anteriores, são considerados formandos a frequentar a formação aqueles que constarem das listas nominais no sistema de informação, devendo ser identificadas e registadas as desistências;
- v) Os formandos que renovarem a frequência em unidades ou componentes de formação não concluídas ou na formação prática em contexto de trabalho, podem frequentar uma turma subsidiada, não sendo os mesmos considerados para efeitos de financiamento, pelo que não devem integrar as listas nominais a que respeita o ponto anterior;
- vi) O disposto no ponto anterior não se aplica sempre que a renovação da frequência se fique a dever a facto não imputável ao formando, designadamente por doença prolongada, caso em que o mesmo deve ser integrado numa turma subsidiada, passando a constar da lista nominal correspondente;
- vii) Os valores relativos a propinas, matrículas ou inscrições de formandos constituem receitas dos cursos financiados, a ser deduzidas ao subsídio anual por turma e por curso constante da tabela do Anexo II;
- viii) A redução ao valor anual por turma e por curso ocorre nos termos referidos nos pontos anteriores, havendo lugar à redução total do financiamento atribuído quando a turma registar um número inferior a 8 formandos, os quais, podem,

sempre que possível, ser integrados numa única turma nas unidades ou componentes de formação comuns da sua formação;

- ix) O valor anual atribuído por turma e por curso pode ainda ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional;
- x) Na presente modalidade de custos unitários não é exigida apresentação de documentos contabilísticos comprovativos das despesas, para efeitos do financiamento do subsídio anual por turma e por curso, ficando, no entanto, as entidades beneficiárias adstritas à observância das regras de organização contabilística que lhe sejam legalmente aplicáveis.
- xi) No que respeita aos apoios diretos a formandos aplicam-se as regras de elegibilidade e montantes máximos estabelecidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de março, na sua atual redação.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem ser concluídas até 30 de novembro de 2023.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o **primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso** e as **18H00 do trigésimo dia seguido após a data de abertura**, considerando-se o dia útil subsequente, caso esse prazo não termine num dia útil, em função da data de abertura.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nesta área reservada já pode constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que a entidade candidata **evite a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.**

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto. O **mérito da operação** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio ($\geq 50\%$ a $<70\%$);
- Bom ($\geq 70\%$ a $<90\%$);
- Elevado ($\geq 90\%$).

Neste âmbito, é estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, da alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade da operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;
- ii) **Avaliação do mérito** da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH e consubstanciados na grelha de análise, constantes dos anexos III e IV, respetivamente. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG do POCH, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Convite, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do anexo V. O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

No caso de indisponibilidade financeira no âmbito da dotação disponível para o presente concurso, em que seja necessário o desempate de candidaturas com a mesma pontuação, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na entidade candidata são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”, na linha designada “documentos para a memória descritiva” anexar, conforme aplicável:

- Lista dos contratos afetos à operação, em particular dos contratos já celebrados, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários (Em função dos regulamentos delegados aplicáveis ao ano económico associado, no fornecimento de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção, adjudicados pelo Estado ou por outras entidades adjudicantes);
- Documentos comprovativos, para efeitos de desempate de candidaturas, das situações referidas no ponto 13 do presente Aviso, quando aplicável;
- Documentos necessários para análise e avaliação dos critérios de seleção;
- Outros documentos que a entidade considere relevantes para a análise técnica e financeira da candidatura.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- i) Envio do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- ii) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- iii) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- iv) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que

determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nas candidaturas plurianuais, a não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação necessária à elaboração do relatório anual de execução do PO, designadamente a informação sobre a execução física e financeira da operação, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como a manter sempre devidamente atualizada a mesma informação requerida para esse efeito à medida que vão entrando e saindo participantes das ações apoiadas no quadro da operação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

O montante da subvenção poderá ser ajustado, em função do nível de cumprimento da realização e dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritos no ponto seguinte do Aviso.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das

tipologias das operações. Assim e considerando ainda o artigo 17.º do RE CH, conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado a contratualizar com a autoridade de gestão (metas a atingir), que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação. Para além dos indicadores a contratualizar entre a AG e a Entidade Beneficiária, são considerados indicadores de realização complementares de acompanhamento que, embora não sendo contratualizados, são objeto de registo em sede de candidatura e de monitorização da operação.

16.2. Os indicadores de **realização e resultados a contratualizar** com a Autoridade de Gestão, com referência aos indicadores definidos para o POCH, mencionados na folha de rosto do presente aviso (valores-alvo em 2023), bem como os indicadores complementares de reporte de acompanhamento, são os descritos nos quadros que se seguem.

Quadro 1 - Indicadores de Realização e de Resultado a contratualizar

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem com dupla certificação de ISCED 3, na operação	N.º	(1)
Resultado	Formandos transitados para o período de formação seguinte do percurso formativo (2)	%	>= 50

(1) Meta a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório das pessoas que iniciaram um curso de aprendizagem (ciclo formativo) na vigência da operação mais as que integram turmas de continuidade. A pessoa é contabilizada apenas uma vez na operação para cada ciclo formativo.

(2) O indicador é calculado da seguinte forma: (N.º pessoas apoiadas que transitam para o período de formação seguinte no decurso da operação ou até 6 meses após a data de fim da operação / N.º de pessoas apoiadas no presente período de formação na operação) * 100.

16.3. O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, quer para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, conforme regime previsto no artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, com a devida adaptação, nos seguintes termos:

- i) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos limites estabelecidos para a inexistência de penalizações financeiras, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 5%;

- ii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando a média simples do nível de cumprimento do indicador de realização e dos indicadores de resultados alcançados seja inferior a 80% do que for contratualizado, ou 70% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade¹;
- iii) Se o nível de execução for inferior a 50% face à média simples verificada do nível de cumprimento dos indicadores contratualizados, conforme previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão;
- iv) Os resultados contratados podem ser objeto de revisão pela autoridade de gestão, mediante pedido do beneficiário, quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário e desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Poch.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do Poch, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do Poch, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [Poch](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o Convite;
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais;

¹ Os territórios de baixa densidade encontram-se delimitados na Deliberação n.º 23/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, de 26 de março, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da mesma Comissão.



- d) Manual de normas gráficas do PO CH.
- e) Guia do Beneficiário.

20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

- *Programa Operacional Capital Humano*

Avenida João Crisóstomo nº 11 – 1000-177 Lisboa – Portugal

Telefone (Call center): +351 213 944 991

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, de 2 de março, todos os diplomas nas suas atuais redações, nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho e de 17 de dezembro, ambos na sua atual redação, bem como Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro, na sua atual redação, considerando o disposto no n.º 1 do Artigo 24.º, diploma este que estabelece a política pública relativa à oferta formativa dos Cursos de Aprendizagem.

Lisboa, 05 de janeiro de 2023

Programa Operacional Capital Humano

O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu

ANEXO I – Deliberação da CIC Portugal 2020

Deliberação n.º 15/2022

Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Cursos de Aprendizagem

Pela Deliberação n.º 2-C/2016, de 20 de abril, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria - CIC Portugal 2020, foi fixada, para cofinanciamento dos Cursos de Aprendizagem, previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, aprovados pelo Programa Operacional Temático Capital Humano e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, a modalidade de tabela normalizada de custos unitários, nos termos constantes dos artigos 13.º, 13.º-A e 14.º do Despacho n.º 3213/2014, de 26 de fevereiro, que constitui a 3.ª alteração ao Despacho n.º 18225/2008, de 8 de julho, e da tabela publicada como Anexo I do referido Despacho, retificado pela Declaração de retificação n.º 845/2014, de 12 de agosto.

Tendo-se verificado a necessidade de introduzir ajustamentos, decorrentes da atualização dos cursos desenvolvidos no âmbito da Aprendizagem, a CIC Portugal 2020, adotou, por consulta escrita, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas, para cofinanciamento dos referidos Cursos de Aprendizagem: i) a tabela anexa à sua Deliberação n.º 2-F/2017, de 9 de maio, substituindo, deste modo, a tabela constante como Anexo I do Despacho n.º 3213/2014, de 26 de fevereiro; e posteriormente ii) a tabela anexa à sua Deliberação n.º 40/2020, que veio substituir a tabela anexa à Deliberação n.º 2-F/2017.

Verificando-se a necessidade de nova atualização dos cursos integrados na tabela em aplicação, para cofinanciamento dos Cursos de Aprendizagem, a CIC Portugal 2020, deliberou, por consulta escrita, nos termos e para os efeitos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ao abrigo do artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 7/2022, de 14 de maio, sob proposta das Autoridades de Gestão respetivas e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.:

- a) Adotar, para cofinanciamento dos Cursos de Aprendizagem, previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua redação atual, e aprovados pelo Programa Operacional Temático Capital Humano e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, em

1 | 8

substituição da tabela constante como Anexo III da Deliberação n.º 40/2020, de 9 de maio, a tabela de custos unitários que constitui anexo à presente deliberação, mantendo as regras de aplicação da metodologia em causa, nos termos constantes dos artigos 13.º, 13.º-A e 14.º do Despacho n.º 3213/2014, de 26 de fevereiro.

b) A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura.

CIC Portugal 2020, 22 de novembro de 2022

A Ministra da Presidência

Mariana
Vieira da
Silva
Assinado de forma
digital por Mariana
Vieira da Silva
Data: 2022.12.02
1237342

(Mariana Vieira da Silva)

ANEXO
Tabela de custos unitários para os Cursos de Aprendizagem

Áreas de educação e formação	Cursos de aprendizagem	Custo unitário por curso
212. Artes do Espetáculo	Intérprete/Ator/Atriz	61 230,00 €
213. Audiovisuais e Produção dos Media	Técnico/a de Animação 2D e 3D	65 950,00 €
	Técnico/a de Artes Gráficas	61 230,00 €
	Técnico/a de Audiovisuais	61 230,00 €
	Técnico/a de Desenho Digital 3D	65 950,00 €
	Técnico/a de Desenho Gráfico	65 950,00 €
	Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica	65 950,00 €
	Técnico/a de Fotografia	61 230,00 €
	Técnico/a de Multimédia	57 470,00 €
	Técnico/a de Som	61 230,00 €
	Técnico/a de Vídeo	61 230,00 €
215. Artesanato	Técnico/a de Ourivesaria	65 950,00 €
	Técnico/a de Vidro Artístico	65 950,00 €
322. Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	Técnico/a de Informação, Documentação e Comunicação	53 390,00 €
341. Comércio	Técnico/a Comercial	53 390,00 €
	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital	53 390,00 €
	Técnico/a de Distribuição	53 390,00 €
	Técnico/a de Logística	65 950,00 €
	Técnico/a de Marketing	53 390,00 €
	Técnico/a de Vendas	53 390,00 €
	Técnico/a de Vitrinismo	65 950,00 €
342. Marketing e Publicidade	Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	53 390,00 €
	Técnico/a de Organização de Eventos	61 230,00 €
343. Finanças, Banca e Seguros	Técnico/a Comercial Bancário/a	53 390,00 €
	Técnico/a de Banca e Seguros	53 390,00 €
344. Contabilidade e Fiscalidade	Técnico/a de Contabilidade	53 390,00 €

Tabela de custos unitários para os Cursos de Aprendizagem (cont.)

Áreas de educação e formação	Cursos de aprendizagem	Custo unitário por curso
345. Gestão e Administração	Técnico/a de Apoio à Gestão	53 390,00 €
346. Secretariado e Trabalho Administrativo	Técnico/a Administrativo/a	53 390,00 €
	Técnico/a de Secretariado	53 390,00 €
347. Enquadramento na Organização/Empresa	Técnico/a da Qualidade	57 470,00 €
	Técnico/a de Relações Laborais	53 390,00 €
481. Ciências Informáticas	Programador/a de Informática	53 390,00 €
	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes	57 470,00 €
	Técnico/a de Informática - Sistemas	53 390,00 €
521. Metalurgia e Metalomecânica	Técnico/a de CAD/CAM	57 470,00 €
	Técnico/a de Desenho de Construções Mecânicas	57 470,00 €
	Técnico/a de Desenho de Cunhos e Cortantes	57 470,00 €
	Técnico/a de Desenho de Moldes	57 470,00 €
	Técnico/a de Fabrico de Componentes de Construção Metálica	65 950,00 €
	Técnico/a de Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes	65 950,00 €
	Técnico/a de Laboratório - Fundição	65 950,00 €
	Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	61 230,00 €
	Técnico/a de Maquinação e Programação CNC	57 470,00 €
	Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	57 470,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica - Maquinação CNC	57 470,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica - Processos Especiais	61 230,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica - Produção e Transformação de Compósitos	65 950,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica - Qualidade e Controlo Industrial	57 470,00 €
	Técnico/a de Produção e Montagem de Moldes	61 230,00 €
	Técnico/a de Projeto Aeronáutico	65 950,00 €
	Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos - Fundição	61 230,00 €
	Técnico/a de Soldadura	65 950,00 €

Tabela de custos unitários para os Cursos de Aprendizagem (cont.)

Áreas de educação e formação	Cursos de aprendizagem	Custo unitário por curso
522. Eletricidade e Energia	Desenhador/a de Sistemas de Refrigeração e Climatização	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrotécnica	57 470,00 €
	Técnico/a de Instalações Elétricas	57 470,00 €
	Técnico/a de Redes Elétricas	57 470,00 €
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização	57 470,00 €
	Técnico/a Instalador/a de Sistemas Eólicos	65 950,00 €
	Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos	65 950,00 €
	Técnico/a Instalador/a de Sistemas Térmicos de Energias Renováveis	65 950,00 €
	Técnico/a Supervisor/a de Redes e Aparelhos a Gás	65 950,00 €
523. Eletrónica e Automação	Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrónica Médica	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	57 470,00 €
	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação	57 470,00 €
	Técnico/a de Mecatrónica	57 470,00 €
	Técnico/a de Relojoaria	57 470,00 €
524. Tecnologia dos Processos Químicos	Técnico/a de Análise Laboratorial	61 230,00 €
	Técnico/a de Química Industrial	61 230,00 €
525. Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Aeronaves e de Material de Voo	65 950,00 €
	Técnico/a de Aprovisionamento e Venda de Peças	57 470,00 €
	Técnico/a de Construção Naval/Embarcações de Recreio	57 470,00 €
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	61 230,00 €
	Técnico/a de Mecatrónica de Motociclos	61 230,00 €
	Técnico/a de Produção Aeronáutica – Montagem de Estruturas	65 950,00 €
	Técnico/a de Produção Automóvel	65 950,00 €
	Técnico/a de Receção/Orçamentação de Oficina	57 470,00 €
	Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias	61 230,00 €
541. Indústrias Alimentares	Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar	61 230,00 €
	Técnico/a de Indústrias Alimentares	61 230,00 €
542. Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Alfaiate	65 950,00 €
	Modelista de Vestuário	61 230,00 €
	Técnico/a de Desenho de Vestuário	61 230,00 €
	Técnico/a de Design de Moda	65 950,00 €
	Técnico/a de Enobrecimento Têxtil	61 230,00 €
	Técnico/a de Fabrico Manual de Calçado	65 950,00 €
	Técnico/a de Gestão da Produção de Calçado e de Marroquinaria	65 950,00 €
	Técnico/a de Malhas - Máquinas Retas	61 230,00 €
	Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria	61 230,00 €
	Técnico/a de Máquinas de Confeção	61 230,00 €
	Técnico/a de Modelação de Calçado	61 230,00 €
	Técnico/a de Tecelagem	61 230,00 €

Tabela de custos unitários para os Cursos de Aprendizagem (cont.)

Áreas de educação e formação	Cursos de aprendizagem	Custo unitário por curso
543. Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros)	Técnico/a de Acabamento de Madeira e Mobiliário	65 950,00 €
	Técnico/a de Cerâmica	61 230,00 €
	Técnico/a de Cerâmica Criativa	61 230,00 €
	Técnico/a de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira	61 230,00 €
	Técnico/a de Gestão da Produção da Indústria da Cortiça	61 230,00 €
	Técnico/a de Gestão da Produção em Madeira e Mobiliário	61 230,00 €
	Técnico/a de Laboratório Cerâmico	61 230,00 €
	Técnico/a de Modelação Cerâmica	61 230,00 €
	Técnico/a de Pintura Cerâmica	61 230,00 €
	Técnico/a de Preparação de Cortiça	65 950,00 €
	Técnico/a de Programação e Operação em Máquinas de Transformação de Madeira	61 230,00 €
	Técnico/a de Transformação de Polímeros/Processos de Produção	61 230,00 €
	Técnico/a de Vidro	61 230,00 €
	Técnico/a Industrial de Rolhas de Cortiça	65 950,00 €
582. Construção Civil e Engenharia Civil	Técnico/a de Desenho da Construção Civil	61 230,00 €
	Técnico/a de Ensaaios da Construção Civil e Obras Públicas	65 950,00 €
	Técnico/a de Medições e Orçamentos	61 230,00 €
	Técnico/a de Obra/Condutor/a de Obra	61 230,00 €
	Técnico/a de Topografia	61 230,00 €
621. Produção Agrícola e Animal	Técnico/a Apícola	57 470,00 €
	Técnico/a de Gestão Equina	57 470,00 €
	Técnico/a de Produção Agropecuária	65 950,00 €
	Técnico/a Vitivinícola	57 470,00 €
622. Floricultura e Jardinagem	Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes	53 390,00 €
623. Silvicultura e Caça	Técnico/a de Gestão Cinegética	57 470,00 €
	Técnico/a de Máquinas Florestais	61 230,00 €
	Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais	53 390,00 €
624. Pescas	Técnico/a de Aquicultura	65 950,00 €
724. Ciências Dentárias	Técnico/a Assistente Dentário	65 950,00 €
725. Tecnologias de Diagnóstico e	Técnico/a de Ótica Ocular	61 230,00 €
727. Ciências Farmacêuticas	Técnico/a Auxiliar de Farmácia	57 470,00 €
729. Saúde - Programas não Classificados noutra Área de Formação	Técnico/a Auxiliar de Saúde	57 470,00 €
	Técnico/a de Termalismo	57 470,00 €

Tabela de custos unitários para os Cursos de Aprendizagem (cont.)

Áreas de educação e formação	Cursos de aprendizagem	Custo unitário por curso
761. Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Técnico/a de Ação Educativa	53 390,00 €
	Técnico/a de Juventude	53 390,00 €
762. Trabalho Social e Orientação	Animador/a Sociocultural	53 390,00 €
	Mediador/a Intercultural	53 390,00 €
	Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	53 390,00 €
	Técnico/a de Apoio Psicossocial	53 390,00 €
	Técnico/a de Geriatria	53 390,00 €
811. Hotelaria e Restauração	Rececionista de Hotel	53 390,00 €
	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	65 950,00 €
	Técnico/a de Manutenção - Hotelaria	65 950,00 €
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria	65 950,00 €
	Técnico/a de Restaurante/Bar	65 950,00 €
812. Turismo e Lazer	Acompanhante de Turismo Equestre	65 950,00 €
	Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes	57 470,00 €
	Técnico/a de Informação e Animação Turística	61 230,00 €
	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	57 470,00 €
813. Desporto	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva	53 390,00 €
	Técnico/a de Desporto	53 390,00 €
815. Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a	65 950,00 €
	Esteticista	65 950,00 €
	Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar	65 950,00 €
840. Serviços de Transporte	Técnico/a de Condução de Veículos de Transporte Rodoviário	53 390,00 €
	Técnico/a de Gestão de Transportes	53 390,00 €
	Técnico/a de Manutenção e Operação Ferroviária	65 950,00 €
	Técnico/a de Tráfego de Assistência em Escala	53 390,00 €
850. Proteção do Ambiente - Programas Transversais	Técnico/a de Gestão do Ambiente	53 390,00 €
	Técnico/a de Sistemas de Tratamento de Águas	61 230,00 €
861. Proteção de Pessoas e Bens	Técnico/a de Proteção Civil	57 470,00 €
	Técnico/a de Socorros e Emergências de Aeródromo	61 230,00 €
862. Segurança e Higiene no Trabalho	Técnico/a de Segurança no Trabalho	57 470,00 €

ANEXO III - Critérios de seleção

Eixo	3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
-------------	----------	---

Prioridade de Investimento	10.iii)	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas
Objetivo Específico	2.3.1	Elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens NEET
Indicadores de Resultado*	Indicador	Meta 2023
	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3	61%
Indicadores de Realização*	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de ISCED 3	45.600

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
Cursos de Aprendizagem Oferta formativa de nível secundário, desenvolvida em regime de alternância - em contexto de formação e em contexto de empresa, que assume um papel central na aquisição de competências transversais e técnicas.	Rede dos Centros de formação profissional do IEFP (gestão direta e protocolada) [IEFP atua como BREPP – Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas]


Critérios de Seleção aplicáveis	Categoria
1. Taxa de certificação (conclusão) e qualidade das formações realizadas na entidade, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade	A
2. Relevância da formação proposta face às necessidades regionais (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelo número potencial de formandos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias	A

Critérios de Seleção aplicáveis	Categoria
3. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	C
4. Envolvimento institucional da entidade no tecido económico, social e cultural	C
5. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos formandos	A
6. Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata	B
7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8. Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	B
9. Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	E

A - Eficácia e impacto em Resultados; **B** - Eficiência, qualidade e inovação; **C** - Complementaridade e sinergias; **D** - Abrangência e transversalidade; **E** - Igualdade de oportunidades e de género

***NOTAS:** Metas de realização e resultado correspondem às do momento em que foram aprovados os critérios de seleção do Poch pelo seu Comité de Acompanhamento na sequência da sua primeira reunião, realizada a 9 de fevereiro de 2015, pelo que correspondem aos valores estabelecidos na programação inicial do Programa, não refletindo alterações que decorreram da reprogramação do mesmo, designadamente da aprovada no final de 2018.

ANEXO IV - Grelha de análise dos critérios de seleção



Programa Operacional
Capital Humano

Tipologia de Operação

Cursos de Aprendizagem

Matriz de Análise

Entidade:

NIF:

Projeto n.º:

TOTAL (%)

0,0

N.º	Crítérios de Seleção	Pontuação	Subtotal
1	Taxas de certificação (conclusão), de empregabilidade e de prosseguimento de estudos (dados históricos)	15,0	
	1.1 Taxa de conclusão	7,5	
	Elevado (≥ 70%)	7,5	
	Bom (≥ 60% e < 70%)	6,0	
	Médio (≥ 50% e < 60%)	4,0	
	Baixo (< 50%)	1,0	
	1.2 Taxa de empregabilidade e de prosseguimento de estudos	7,5	
	Elevado (≥ 70%)	7,5	
	Bom (≥ 60% e < 70%)	6,0	
	Médio (≥ 50% e < 60%)	4,0	
	Baixo (< 50%)	1,0	
2	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais e nacionais (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelas respetivas áreas de formação e saídas profissionais prioritárias	12,5	
	2.1 Alinhamento das ofertas propostas com as áreas de formação e saídas profissionais prioritárias indicadas pelo IEFP, IP, cuja identificação se baseia em diversos instrumentos, nomeadamente o SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (ANQEP)	7,5	
	Elevado (≥ 90%)	7,5	
	Bom (≥ 80% e < 90%)	6,0	
	Médio (≥ 70% e < 80%)	4,0	
	Baixo (< 70%)	1,0	
	2.2 Inserção em redes de planeamento locais/regionais da oferta formativa	5,0	
	Sim	5,0	
	Não	1,0	
3	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação prática em contexto de trabalho	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,0	
	Inexistentes	1,0	

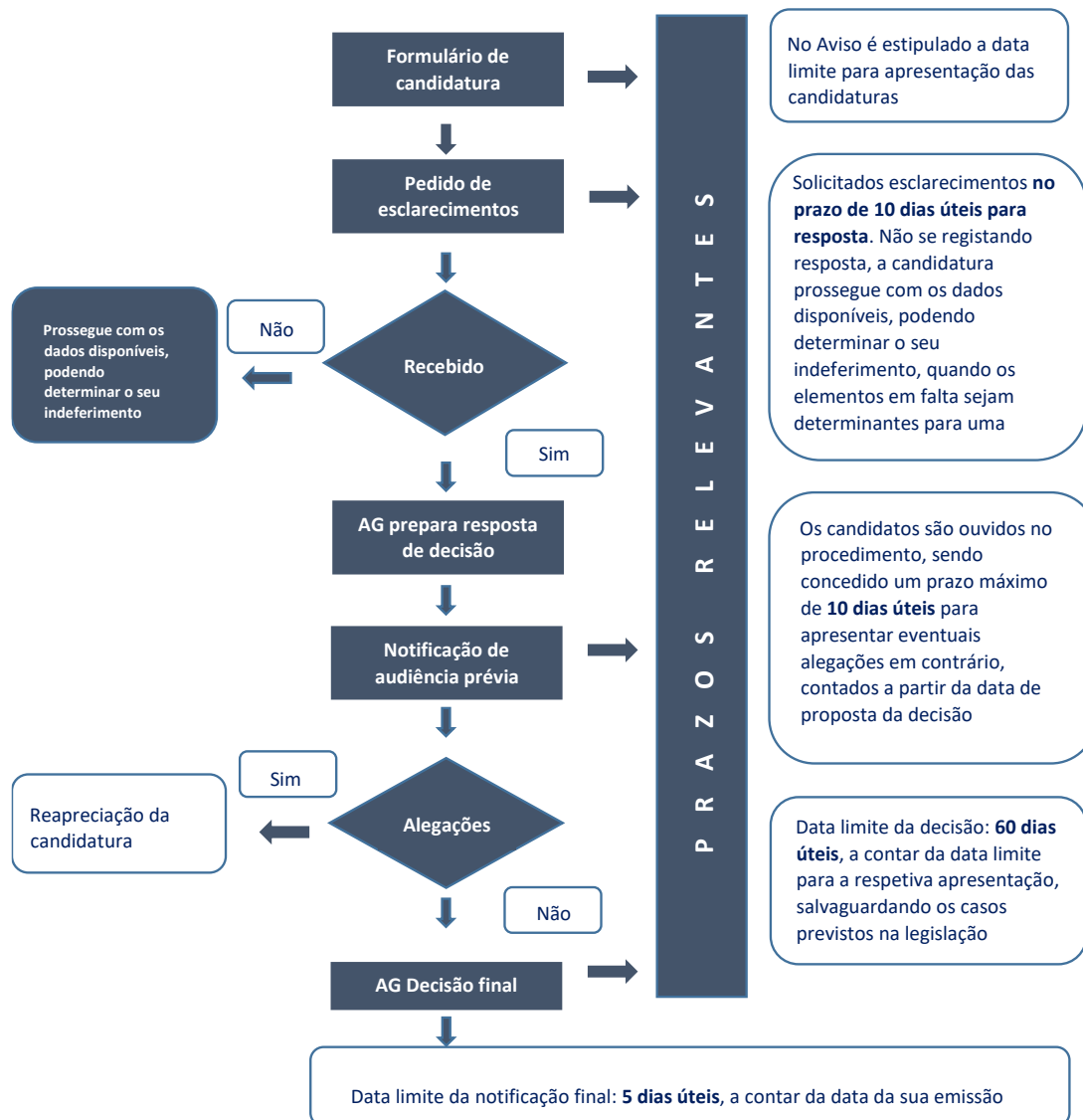
4	Envolvimento institucional da entidade no tecido económico, social e cultural na região	5,0	
	Elevado	5,0	
	Bom	3,0	
	Médio	2,0	
	Inexistente	1,0	
5	Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e o apoio à inserção profissional de diplomados	10,0	
	5.1 Existência de sistemas de garantia de qualidade em linha com o EQAVET	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,0	
	Inexistentes	1,0	
	5.2 Monitorização dos processos de inserção profissional e acompanhamento do percurso dos diplomados	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,0	
	Inexistentes	1,0	
6	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata (dados históricos)	15,0	
	6.1 Eficiência pedagógica	5,0	
	6.1.1 Taxa de abandono da formação	5,0	
	Elevado (< 15%)	5,0	
	Bom (≥ 15% e < 25%)	4,0	
	Médio (≥ 25% e < 50%)	3,0	
	Baixo (≥ 50%)	1,0	
	6.2 Gestão administrativo-financeira	10,0	
	6.2.1 Taxa de execução	5,0	
	Elevado (> 90%)	5,0	
	Bom (≥ 70% e < 90%)	4,0	
	Médio (≥ 50% e < 70%)	3,0	
	Baixo (< 50%)	1,0	
	6.2.2 Mecanismos de controlo interno	5,0	
	Sistemáticos	5,0	
	Pontuais	3,0	
	Inexistentes	1,0	

7	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso da entidade em termos de resultados contratualizados)	15,0	
	7.1 Taxa de conclusão	7,5	
	Elevado ($\geq 70\%$)	7,5	
	Bom ($\geq 65\%$ e $< 70\%$)	6,0	
	Médio ($\geq 61\%$ e $< 65\%$)	4,0	
8	7.2 Taxa de empregabilidade e de prosseguimento de estudos	7,5	
	Elevado ($\geq 70\%$)	7,5	
	Bom ($\geq 60\%$ e $< 70\%$)	6,0	
	Médio ($> 50\%$ e $< 60\%$)	4,0	
	Baixo ($= 50\%$)	2,5	
8	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas formativas, dos equipamentos e dos recursos didáticos	12,5	
	8.1 Existência de vínculo dos colaboradores afetos à Operação	3,5	
	Elevado ($\geq 60\%$)	3,5	
	Bom ($\geq 40\%$ e $< 60\%$)	2,0	
	Médio ($\geq 20\%$ e $< 40\%$)	1,0	
	Baixo ($< 20\%$)	0,5	
	8.2 Experiência dos colaboradores afetos à Operação na área pedagógica e ou de formação profissional	4,0	
	Elevado ($\geq 60\%$ dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	4,0	
	Bom ($\geq 40\%$ e $< 60\%$ dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	3,0	
	Médio ($\geq 20\%$ e $< 40\%$ dos colaboradores com 3 ou mais anos de experiência)	2,0	
9	8.3 Infraestruturas / Instalações / Equipamentos/ Recursos Didáticos	5,0	
	Muito Adequadas	5,0	
	Adequadas	3,0	
	Inadequadas	1,0	
	Evidência de mecanismos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	10,0	
	Promoção da não discriminação e acessibilidade (igualdade de oportunidades)	10,0	
	Elevado: Responde positivamente a $>75\%$ das questões aplicáveis da checklist	10,0	
	Bom: Responde positivamente a $>65\%$ e $\leq 75\%$ das questões aplicáveis da checklist	7,0	
	Médio: Responde positivamente a $>50\%$ e $\leq 65\%$ das questões aplicáveis da checklist	5,0	
	Baixo: Responde positivamente a menos de 50% das questões aplicáveis da checklist	3,0	

Nota: a checklist referida nos critério 9 encontra-se na Nota Metodológica, publicada em anexo ao aviso.

Total (%)	
100	0,0

ANEXO V - Prazos e procedimentos de análise e decisão de candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.